



V CONGRESSO INTERNACIONAL DE POLÍTICA SOCIAL E SERVIÇO SOCIAL:
DESAFIOS CONTEMPORÂNEOS
VI SEMINÁRIO NACIONAL DE TERROTÓRIO E GESTÃO DE POLÍTICAS SOCIAIS
V CONGRESSO DE DIREITO À CIDADE E JUSTIÇA AMBIENTAL

(Direito à cidade)

Movimentos de moradia e o direito à cidade: Qual a contribuição do Serviço Social para a formação política na atuação com a população em processos de autogestão?

Cleonice Dias dos Santos Hein ¹
Nicole de Oliveira Ferreira ²

Resumo. Buscamos apresentar reflexões sobre a contribuição dos profissionais de Serviço social, para a formação política de famílias participantes no movimento de moradia. Parte-se das experiências acadêmica e profissional das autoras, e das narrativas de dois participantes nas atividades planejadas por assistentes sociais na atuação em projetos de habitação social. Eles destacam-se por apresentar, em suas narrativas, elementos reflexivos, que demonstram forte incorporação dos valores coletivos da formação política. Parte-se ainda dos estudos marxistas enquanto referencial teórico. Os profissionais têm papel importante para a formação política, no fortalecimento e na sensibilização de grupos que atuam o objetivo de transformação social.

Palavras-chave: Direito à cidade; Serviço Social; habitação; sociabilidade coletiva; formação política.

Abstract: We seek to present reflections on the contribution of social service professionals to the political formation of families participating in the housing movement. It is based on the academic and professional experiences of the authors, and the narratives of two participants in the activities planned by social workers working in social housing projects. They stand out for presenting, in their narratives, reflective elements, which demonstrate a strong incorporation of the collective values of political formation. It also starts with Marxist studies as a theoretical reference. Professionals play an important role in political formation, strengthening and raising awareness of groups that pursue the objective of social transformation.

Keywords: right to the city; social service; housing; collective sociability; political formation.

¹ Assistente Social, Ambiente Arquitetura; Ambiente Trabalhos para o Meio Habitado; Secretaria de Mulheres, Conselheira Executiva do Fórum de Trabalho Social em Habitação de São Paulo, (FTSH-SP), doutora em Serviço Social pela PUC-SP, kewzinha1@gmail.com

² Assistente Social, Diagonal Urbana e Assessoria Técnica Ambiente Arquitetura, Coordenadora Executiva do Fórum de Trabalho Social em Habitação de São Paulo, (FTSH-SP), mestranda em Serviço Social pela PUC-SP, niiferreira@hotmail.com



INTRODUÇÃO: VER-A-CIDADE NAS LUTAS PELO DIREITO À CIDADE

A UMM-SP foi fundada em 1987, com o objetivo de articular e mobilizar os movimentos de moradia, lutar pelos direitos à moradia e cidade, pela reforma urbana e autogestão na produção habitacional. É uma articulação de movimentos que atuam na área de favelas, cortiços, sem-teto, mutirões de ocupações e loteamentos. Para contribuir ao objetivo do estudo, foi considerada a experiência de trabalho profissional, elementos da pesquisa de doutorado e as narrativas de Fernanda Amâncio e Valter Silva, participantes no Movimento dos Trabalhadores Sem Teto da Zona Noroeste que compõe a UMM-SP. Ambos são futuros moradores do projeto Alexios Jafet³. O espaço de contato mais direito que possibilita esta atuação é a assessoria técnica Ambiente Arquitetura⁴.

A metodologia escolhida para a reflexão é a da História Oral, pois sua utilização possibilita identificar elementos, na história de vida de um indivíduo, que se relacionem com a memória pública. Porém, não é tarefa fácil para o pesquisador. “É uma relação que tem a configuração de um mosaico, onde cada peça tem o seu significado, pois ali se articulam acontecimentos passados, lembranças narradas e vidas presentes” (MARTINELLI, 2015,p. 08).

A reestruturação das cidades brasileiras, nos anos 1970, período da ditadura militar, com urbanização marcada pela periferização das cidades, contribuiu para o crescimento de favelas, cortiços e todas as formas de habitação precária, ao lado da concentração de renda, e da negligência quanto às necessidades sociais. Na década de 1980, os recursos para habitação popular vinham do Banco Nacional de Habitação (BNH), mas pouco atenderam à população de baixa renda. As obras eram executadas por construtoras, sem a participação dos moradores nas decisões acerca de sua moradia. Kovarick, em *A Espoliação Urbana* (1993,p. 28), ressalta que, no pensamento elitista e autoritário brasileiro, “a política é considerada como algo especial e restrito a poucos”. A população não deve participar dos processos de decisão, já que não tem conhecimento para isso e, obviamente, “deve ser guiada por um minguado grupo de esclarecidos”. O cenário de reconstrução democrática no Brasil, pós-ditadura militar, fez surgir um modo de atuação dos

³ Está localizado no bairro do Jaraguá. É uma conquista da UMM-SP por meio de três movimentos que se organizaram para construir 1.104 unidades habitacionais em mutirão e autogestão; é o primeiro projeto nessa proporção e modalidade no Brasil. Os três movimentos envolvem um grupo de famílias que participa do projeto por meio da Associação dos trabalhadores Sem- Teto da Zona Noroeste (400 famílias); Anjos da Paz da Vila Santista (404 famílias); Associação por Habitação com Dignidade (300). Iniciado em 2008, o contrato foi assinado com a Caixa Econômica Federal em 2010; no entanto, apenas em fevereiro de 2017 a obra foi iniciada. Atualmente, está em andamento, com previsão de término para o fim de 2019. Nesse tempo de espera para início da obra, a equipe da assessoria técnica Ambiente Arquitetura realizou trabalho social e de luta com os participantes.

⁴ Assessoria técnica fundada em 1992 presta serviços técnicos (de arquitetura, nas áreas social e jurídica) especificamente a movimentos de moradia em projetos de HIS com autogestão. Atua com a UMM em âmbito nacional.



movimentos sociais que combinou a luta direta com a negociação e atuação em espaços de participação. Registra-se, nos anos 1990, a criação do Fórum Nacional de Reforma Urbana (FNRU), importante espaço de articulação política de pautas e lutas, e de encontro entre lideranças, profissionais, pesquisadores e professores.

A partir de 2003, com o governo Lula, tem-se um novo momento político, para a política urbana, da implantação do Ministério das Cidades, reivindicação dos movimentos sociais e do FNRU. Além da adoção de novos marcos legais, como a aprovação do Plano Nacional e do Sistema Nacional de Habitação, em referência aos programas de Habitação de Interesse Social (HIS), em âmbito federal, foi lançado o programa Crédito Solidário, em 2005, conquista dos movimentos de moradia, por destinar recursos públicos para a provisão habitacional por autogestão. Em 2009, foi criado o Programa Minha Casa Minha Vida e sua modalidade Entidades (PMCMV-E), destinada à população de baixa renda, organizada em associações. Além da possibilidade de gestão via movimentos, já disponível no programa Crédito Solidário, o PMCMV-E prevê a compra antecipada de terrenos e o recurso para o trabalho social, consideravelmente superior ao programa anterior⁵. Sua atuação começou na cidade de São Paulo e hoje há representação em âmbitos estadual e nacional⁶.

A UMM-SP, na luta pela moradia, atua direcionada à construção por meio de mutirão autogerido; pela possibilidade de incidir nos modos de produção e no processo como um todo: indica o terreno e a demanda; decide sobre a organização do trabalho; faz a gestão da obra e do pessoal que trabalha; articula com o governo. A autogestão na área habitacional envolve o trabalho coletivo que democratiza as relações entre seus componentes, que é o sentido para essa forma de trabalho. A autogestão não é apenas a construção de moradia e gestão de recursos, mas também de espaços nas cidades, para que possam ser geridos pela população, pelas comunidades, na busca da construção de cidades sustentáveis e melhor qualidade de vida.

No projeto Alexios Jafet, dentre as diversas particularidades que o envolve, destaca-se que para o trabalho social, foram contratados profissionais e estagiários/as apenas de Serviço Social pela particularidade da profissão, conforme destacado em Santos (2016, p.151-152) quando apresenta em seus estudos a narrativa de Isabel Cabral, uma das fundadoras da assessoria Ambiente Arquitetura:

Foi uma opção também que a gente teve, uma condição importante que a gente teve, essa oportunidade de ter, considerando o técnico social, mas de formação de assistente social, com um viés mais político, vamos dizer assim, que vem de uma trajetória também com movimento social, isso para nós é importante.

⁵ Os recursos para o trabalho social dos movimentos de moradia, em programas anteriores, eram escassos ou não existiam.

⁶ A UMM-SP contribuiu para a criação da União Nacional por Moradia Popular (UNMP), que se consolidou, em 1989. Hoje atinge 23 estados brasileiros e está articulada também à Central de Movimentos Populares (CMP) e movimentos internacionais.



Importante destacar que, a defesa do trabalho do assistente social com viés mais político, tem relação com processo histórico de lutas e embasamento nas diretrizes da profissão que, pode ser observada no cotidiano dos profissionais que atuam com compromisso, no contexto dos movimentos sociais, e que utilizam do arcabouço da profissão para realizar ações transformadoras. Em Hein, (2021, p.152-153) observamos o depoimento da arquiteta Renata Miron, que atua na assessoria Ambiente Arquitetura.

Eu trabalho há dez anos com a assessoria técnica [...] e eu acredito que o assistente social se diferencia dos outros técnicos sociais, porque ele vai trabalhar com as famílias, antes de tudo, a consciência crítica, buscando politizar os problemas cotidianos, no movimento de tentar emancipar pensamentos sem criar vínculos de dependências e não se limitando a fazer com que aquelas pessoas convivam bem no coletivo, o que já é um ganho muito grande, mas que elas consigam levar essas reflexões para a vida e que não fique só na questão da moradia. Eu acho que ele tem um papel importante também, dentro da equipe [...] alinhando projetos políticos e reafirmando as nossas ideologias, estimulando que a gente não se distancie muito e não deixe de criticar o que a gente vive, não deixe de criticar o que a gente reproduz [...] (Diálogos de Renata Miron com a pesquisadora, 2020).

Este artigo é construído a partir da experiência acadêmica e profissional das autoras, no projeto Alexios Jafet, Valter e Fernanda destacam-se por apresentar em suas narrativas muitos elementos reflexivos, que demonstram forte incorporação dos valores coletivos da formação política e pode contribuir de forma rica para o presente estudo.

DESENVOLVIMENTO: O TRABALHO SOCIAL DO ASSISTENTE SOCIAL E A TRAJETÓRIA DE LUTAS POR DIREITOS

No Brasil, os profissionais de Serviço social compõem o processo histórico de luta por direitos e são pioneiros no trabalho social em Habitação de Interesse Social. O profissional atua no contexto de contradições econômicas, sociais, políticas e culturais, sendo desafiado a efetivar medidas para seu enfrentamento. “A profissão é um produto histórico e, como tal, adquire sentido e inteligibilidade na história da sociedade da qual é parte e expressão”. (IAMAMOTO, 2007, p. 203).

O trabalho técnico social é um processo de construção coletiva e um dos principais canais para fomentar ações que potencializem o fortalecimento da atuação dos sujeitos políticos, na perspectiva de direitos e emancipação. O trabalho social em HIS, com ações voltadas para as famílias de baixa renda, deve ser compreendido,

no contexto da configuração da questão urbana, a partir da segunda metade do século XX, marcada pela desigualdade social e segregação socioespacial, decorrentes do modelo político e econômico adotado nos diferentes momentos históricos. (PAZ; TABOADA, 2010, p. 45).



Além disso, as experiências do trabalho social em HIS nas três esferas de governo, de acordo com Diniz e Paz (2018, p. 7), “ocorreram no Brasil de maneira distinta e heterogênea, respondendo às dinâmicas locais, ao desenvolvimento do capitalismo brasileiro e ao modelo de industrialização, com particularidades em cada cidade do País”.

Na trajetória das políticas habitacionais, em especial no período de ditadura militar, era forte a convocação de profissionais para um trabalho social que possibilitasse a aceitação e adaptação das pessoas às formas de intervenção que eram oferecidas pelo governo. As remoções da população de baixa renda, para áreas distantes e sem participação e discussão de alternativas foram recorrentes no período. Nesse contexto, está o profissional de Serviço Social, pioneiro na atuação em HIS, conforme aponta Costa (2009, p. 3):

Os programas habitacionais, organizados mais intensamente desde a década de quarenta, buscaram apoio no trabalho social para a implementação das ações governamentais. Um dos primeiros profissionais envolvido nesse trabalho foi o Assistente Social, os quais se tornaram um dos principais protagonistas desse processo, exercendo o papel da mediação entre a população mais pobre, alvo dos programas, e o Estado; desenvolvendo uma prática tutelar e educativa que visava a aprovação, o aceite e a adaptação da população aos modelos dos programas habitacionais.

Essa forma de limitar as ações do trabalho social e dos profissionais, além de compor questões estruturais, culturais e responder ao mercado, também se utiliza do fato de que o assistente social é um trabalhador assalariado e, portanto, há que suprir suas necessidades básicas de sobrevivência.

Os profissionais de Serviço Social, influenciados pelo Movimento de Reconceituação⁷, (ponto de partida para a crítica ao Serviço Social tradicional) também organizados nas lutas sociais, passam a repensar seu papel na sociedade e buscam posições ideológicas que favoreçam os trabalhadores; novas práticas e novas discussões acerca da formação profissional.

Por meio de sua renovação, o Serviço Social buscava assegurar sua própria contemporaneidade, afigurando-se aquela como caminho possível para sua reprodução e expansão: para a sua reconciliação com tempo presente. (IAMAMOTO, 2007, p.203).

Um dos marcos da profissão de Serviço Social ocorreu exatamente nesse período, mais precisamente em setembro de 1979, o III Congresso Brasileiro de Assistentes Sociais, realizado em São Paulo/SP, que ficou conhecido como Congresso da Virada, no qual foram questionadas as ações de setores conservadores que assumiam os conselhos da profissão.

⁷ O Movimento de Reconceituação é um dos marcos do Serviço Social que propõe o rompimento com as práticas tradicionais conservadoras. Por meio desse movimento, foi possível a construção de pensamentos e ações de profissionais mais críticos, capazes de atuar a partir do desvendamento da realidade (NETTO, 2005).



Os profissionais buscaram repensar o currículo acadêmico, com vistas a uma formação que rompesse com os processos de alienação. Também foi criado o Código de Ética Profissional de 1986, uma conquista que expressa o rompimento com a base da filosofia tradicional e a ideia de neutralidade.

Na intercorrência de mudanças ocorridas na sociedade brasileira com o próprio acúmulo profissional, o Serviço Social se desenvolveu teórica e praticamente, laicizou-se, diferenciou-se e, na entrada dos anos noventa, apresenta-se como profissão reconhecida academicamente e legitimada socialmente. (CÓDIGO DE ÉTICA, 2011, p. 19).

No contexto da Constituição Federal de 1988 e mediante os avanços das conquistas profissionais, o Serviço Social busca romper com o pensamento conservador, assistencialista, e passa a afirmar a atuação dentro da perspectiva de direitos. Somam-se, ao amadurecimento desse projeto profissional, os acontecimentos que culminaram na conquista da Constituição de 1988, e a necessidade de revisão do Código de Ética de 1986. Assim, os profissionais de Serviço Social organizaram-se em seminários e congressos na década de 1990, que contribuíram para o novo Código de Ética de 1993⁸.

O profissional de Serviço Social atua no contexto de contradições econômico-sociais e é capaz de efetivar medidas eficientes para seu enfrentamento. É fundamental que sua atuação tenha o “compromisso com a qualidade dos serviços prestados à população e com o aprimoramento intelectual, na perspectiva da competência profissional” (CÓDIGO DE ÉTICA DO/A ASSISTENTE SOCIAL, 2011, p. 24). O profissional tem, portanto, a possibilidade de atuar em diversas áreas.

As ações no campo profissional são permeadas por uma dimensão política, uma vez que “toda atividade social possui uma dimensão política e assim é com a profissão de Serviço Social” (ROSSATTO, 2017, p. 134-135). A dimensão política do Serviço Social, “é um processo, assim, não se apreende isoladamente, mas no conjunto das relações humanas”. No entanto, é um desafio para o profissional atuar no contexto em que há ausências de respostas, por parte do Estado.

A carência de moradia explicita a questão urbana, que é uma das expressões da “questão social”. Em sua trajetória, o profissional de Serviço Social constrói e reconstrói pautas e formas de intervenções; produz conhecimento; e utiliza-se das experiências do cotidiano para abrir um leque de possibilidades na atuação no contexto das contradições capitalistas.

⁸ Lei 862/1993 de Regulamentação da Profissão de Serviço Social. Atualmente está na edição n. 10, revista e atualizada. Em 2010, no 39 Encontro Nacional Cfess/Cress, na cidade de Florianópolis/SC, foram aprovadas alterações no código com ampliação e revisão, introduzidas pelas Resoluções Cfess n. 290/1994, 293/1994, 333/1996 e 594/2011. A Lei 12.317/2010 institui a jornada de trabalho de 30 horas semanais sem redução salarial para assistentes sociais.



Ainda que na conjuntura dos programas habitacionais, o Estado tenha direcionado e limitado as ações do trabalho social voltados a “amenizar” situações que contribuam para a manutenção da ordem existente, os profissionais de Serviço Social dispõem de atribuições específicas e de fundamental importância no enfrentamento à segregação das cidades, contribuindo para as lutas pela garantia de direitos dos trabalhadores. A profissão tem estreita relação com as causas sociais e, no campo da questão urbana, compõe as lutas pela Reforma Urbana, pelo direito à cidade e moradia digna.

Em sua trajetória, o profissional de Serviço Social constrói e reconstrói pautas e formas de intervenções; produz conhecimento; e utiliza-se das experiências do cotidiano para abrir um leque de possibilidades na atuação no contexto das contradições capitalistas.

Trabalho social do assistente social:

O trabalho social é aqui compreendido como um processo de construção coletiva e um dos principais canais para fomentar ações que fortaleçam a atuação dos sujeitos políticos, na perspectiva de direitos e emancipação. Defende-se, no presente estudo, a ideia de emancipação humana, que difere da emancipação política e resulta da revolução burguesa, compondo, portanto, a emancipação da burguesia em específico, não da humanidade (MARX, 2010).

Defende-se o trabalho social em habitação como um processo e não como produtos. Há produtos do trabalho social estabelecidos nos programas e financiamentos públicos, mas defende-se o trabalho social não é um produto. Ele é composto de processos, que não são visíveis e palpáveis, como o avanço de uma obra. Como bem define Paz (2019, p.46),

O trabalho social é essencialmente um processo de trabalho em territórios, centrado na participação e organização coletiva, cujo horizonte é a melhoria da qualidade de vida da população e o fortalecimento do direito à cidade, que se materializa através de um amplo leque de estratégias e ações. Implica conhecer as relações que se estabelecem nos territórios, as disputas e os conflitos e intervir junto a população, as famílias, os movimentos sociais, as redes e organizações, respeitando as características socioculturais.

Nessa perspectiva a “medição” do trabalho social não pode ficar restrita a lógica financeira que pré-estabelece produtos, em que muitas vezes o investimento para o trabalho social fica relegado ao “possível” e não ao “necessário. Mas sabe-se que “os resultados de suas ações existem e são objetivos, embora nem sempre se corporifiquem em coisas materiais autônomas” (IAMAMOTO, 2007, p. 68).

O trabalho social, deve ser um trabalho que permita a apreensão da realidade de forma crítica, e com as ações alinhadas aos valores da classe trabalhadora. Defende-se o pensamento crítico como aquele que possibilita enxergar o real, para além daquilo que está



sendo mostrado. Além da atuação embasada por um projeto político em defesa da classe trabalhadora, o profissional de Serviço Social conta com a instrumentalidade.

Assim, por meio do conhecimento adquirido na atuação profissional, o assistente social pode intervir na realidade, ou, nas palavras da autora, os assistentes sociais “modificam, transformam, alteram as condições objetivas e subjetivas e as relações interpessoais e sociais existentes num determinado nível da realidade social: no nível do cotidiano” (GUERRA, 2000, p. 2). Os profissionais utilizam, criam e adéquam as condições existentes, transformando-as em instrumentos que concretizam as intencionalidades. Nessa perspectiva, as ações, para Guerra (2000, p. 2) “são portadoras de instrumentalidade”. E a instrumentalidade é constitutiva de todas as áreas de conhecimento e do trabalho que realizam, como é o caso do Serviço Social.

Considera-se que, no contexto da sociedade capitalista, a atuação com os movimentos de moradia em projetos de habitação pode ser um dos caminhos para tentar a transformação social. O arsenal da profissão de Serviço Social, contribui para potencializar as ações críticas transformadoras de profissionais comprometidos com a luta por direitos.

RESULTADOS: SINGELOS INDICADORES DOS PROCESSOS DE AÇÕES COLETIVAS

Parte-se da concepção de que o cotidiano é a dinâmica social na qual a vida se produz e reproduz em todos os seus sentidos e dimensões e que seu ritmo e suas especificidades são determinados pelas transformações do ser humano, tendo em vista os processos históricos que o constituem. Nas palavras de Heller (2014, p. 34), “A vida cotidiana não está ‘fora’ da história, mas no ‘centro’ do acontecer histórico: é a verdadeira ‘essência’ da substância social”. Iniciamos com as narrativas de Valter (depoimento em 2020)

Eu tô na luta aí desde 2004, pela moradia, pela minha casa própria devido a muitos acontecimentos na minha vida. Quando eu era criança, morei minha infância inteira na vila Brasilândia. E lá o bairro ele é um bairro pobre, não tinha asfalto, não tinha água, não tinha luz, mas era um lugar feliz de morar porque a gente tinha quintal grande, a gente tinha criação de bichos, galinha, porcos e outras coisas. E eu era feliz, era feliz pra caramba! meu pai trabalhava, minha mãe ficava em casa com a gente.

A moradia deve ser compreendida como necessidade fundamental do ser humano e considerada para além da casa, ou seja, na sua inserção urbana; em um espaço com infraestrutura, com qualidade de serviços e equipamentos públicos. No contexto do capital, a moradia é considerada mercadoria, com vínculo de propriedade. Já para o trabalhador, a moradia é o espaço onde a vida acontece. É o abrigo, o lugar de descanso, vivências, alegrias e tristezas.

Além da violência urbana e os deslocamentos em busca de condições melhores



de sobrevivência, há ainda as dificuldades vivenciadas pelas mulheres, que, historicamente, são vítimas de violência e preconceito. A globalização⁹ impõe, ao Homem, a ideologia burguesa; culpabiliza o indivíduo por seu fracasso, ou “conquista” de objetivos e sonhos, muitas vezes relacionados ao consumo (desejo provocado no homem pela ideologia capitalista), além de criar nos indivíduos um mundo de ansiedades. Assim como destacam Fernanda e Valter, na narrativa de suas trajetórias de vida, ao falar sobre seus pais:

Ele maltratava e xingava muito a minha mãe, até hoje ele maltrata e xinga muito [...] Então, a gente vivia numa casa conturbada, com muita briga, muita violência e eu sempre vendo meu pai batendo muito na minha mãe, minha mãe pedindo socorro [...] Minha mãe era analfabeta, ela não tinha estudo e o meu pai sempre falava assim: - Você é muito burra, gente burra e velha já está pronta para morrer, não precisa estudar. (Depoimento de Fernanda, 2020).

Meu pai começou a tretar com minha mãe devido a ciúmes porque ela queria estudar e queria trabalhar, e foi doando partes do terreno que era nossa casa, deu pra um amigo, vendeu outro, pegava o dinheiro e ia pra Bahia, gastava, voltava e vendia outra parte. Até que chegou um dia que ele vendeu a casa com a gente dentro [...]A gente falou: - E agora o que que fazer? (Valer, depoimento em 2020)

Nas narrativas, reproduz-se a lógica do preconceito, da opressão e da violência. Todos nós estamos sujeitos a essa reprodução, considerando que “as ideias (Gedanken) da classe dominante são, em cada época, as ideias dominantes”. (MARX; ENGELS, 1999, p 72).

Observa-se como as ideias de violência vão se tornando heranças na vida do trabalhador, conforme observado no depoimento de Fernanda, quando relata como a reprodução da violência está presente também na convivência com o marido:

No começo, eu e meu marido nos agredíamos muito, brigávamos muito, se estapeava muito, depois eu passei a não o agredir, e passei a ser muito agredida, né. Aí era olho roxo, perna roxa, peito roxo, fiquei muito tempo desse jeito, fui embora grávida da segunda filha, ele foi me buscar, tive ela, voltamos a brigar, mas hoje estamos (pausa). Hoje a gente discute, mas não é mais em violência física, a gente discute, briga, mas logo se entende. (Depoimento de Fernanda, 2020).

A questão da violência contra as mulheres está presente tanto na classe burguesa, como na classe trabalhadora e “em nenhuma classe social, o homem abre mão espontaneamente de seus privilégios” (SAFFIOTI, 2001 p.22). Entretanto, para a classe privilegiada, há identidade de interesses econômicos entre os homens e as mulheres, que tem o objetivo da classe burguesa de ampliação de sua própria riqueza. No que se refere às camadas trabalhadoras, a identidade econômica é suprimida pelo “poder do mando”.

A classe dominante tem interesse em que haja categorias sociais discriminadas,

⁹ A globalização é uma das saídas encontrada pelas classes burguesas para a expansão e manutenção do sistema capitalista. É comumente relacionada ao processo de produção neoliberal, no entanto, Marx sinalizou em diversos estudos que esse processo já existia nos períodos iniciais do capitalismo. “Impelida pela necessidade de mercados sempre novos, a burguesia invade todo o globo. Necessita estabelecer-se em toda parte, explorar em toda parte, criar vínculos em toda, parte” (MARX, ENGELS, 1999, p. 12).



como, por exemplo, negros e mulheres, pois “quanto mais discriminada uma categoria social, tanto mais facilmente ela se sujeitará a trabalhar em más condições e por baixos salários” (SAFFIOTI, 2001, p. 25).

A violência contra a mulher também expressa a “questão social”, agravada pela desigualdade demandada pelos modos de produção capitalista. Relaciona-se aos preconceitos, às diversas formas de opressão vivenciadas pelas mulheres, mas, em especial, às diferentes formas de exploração do trabalho.

Observa-se nas narrativas de Valter e Fernanda que ambos demonstram compreender os processos que levam o trabalhador às condições de vulnerabilidade. Há presente a capacidade de ambos para reflexão a respeito da reprodução da violência e da possibilidade de mudança, o olhar crítico dos dois para a realidade é algo que só pode ser compreendido pela perspectiva do processo histórico.

Trajatória dos participantes nos espaços de trabalho social com o assistente social

Defende-se o trabalho social com as famílias que participam dos movimentos vinculados a UMM-SP, como uma das possibilidades de contribuir com o trabalhador para que seu “tempo para a formação humana, para o desenvolvimento intelectual, para o cumprimento de funções sociais, para relações sociais, de trabalho” (MARX, 2013, p. 337) seja compreendido de forma diferente dos interesses do capital que trata o tempo do trabalhador como “futilidade”. Nesse contexto, estão inseridos os assistentes sociais, que compõem a equipe social da assessoria técnica Ambiente Arquitetura e atuam com a UMM-SP, que realiza o trabalho com relativa autonomia, considerando que ainda que a atuação seja com movimentos de moradia. Ainda que o assistente social seja um profissional assalariado que atua no contexto de relações sociais de mercado, tem a possibilidade, no cotidiano profissional, de dar novos rumos sociais.

O trabalho dos assistentes social que atuam com a UMM-SP é pensando de forma a olhar para a realidade de forma crítica, as ações são alinhadas com os valores da classe trabalhadora. A equipe mantém o registro dos processos e das narrativas dos participantes nas atividades. Desse modo, para contribuir com a reflexão do artigo, apresentam-se as narrativas autorizadas e reflexões de Fernanda e Valter, que ocorreram durante ações do trabalho social entre os anos de 2011 a 2020.

O aprendizado é um processo e, portanto, não é palpável e fácil de ser visualizado no dia a dia do trabalho. Muitas vezes, as narrativas trazem esses processos, e, portanto, são importantes também no cotidiano da atuação profissional. Neste sentido, o trabalho social, contribui, em processos, com elementos para compor os valores coletivos e humanos



do trabalhador. Ao serem questionados acerca das ações do trabalho desenvolvido pelas assistentes sociais, os participantes destacaram:

E o social é muito importante [...] está ensinando assim, [...] tomar cuidado com preconceito, né, tomar cuidado com as crianças, com os adolescentes e isso é muito importante. Como foi falado final de semana agora das drogas. O adolescente que é envolvido dentro do projeto desde criança, que tem preocupação com as drogas, com os adolescentes, isso é muito bom, porque vamos ter bastante criança, bastante adolescente [...] não é só morar ali e me dar bem com meus vizinhos [...]. Espero que no futuro eu possa contribuir de alguma forma [...] porque as pessoas são muito alienadas, passa um negócio na televisão: “Aí, é isso!”. E não é assim que funciona, não é o que está acontecendo ali na TV. A gente procura pesquisar mais, saber mais [...], mas vou atrás da verdade, vou procurar [...] daquele problema que está acontecendo, no dia a dia, né, na sociedade. (Depoimento de Fernanda, 2020).

O trabalho social é superimportante no projeto, porque é para além da gente ficar só naquele negócio de mão na massa, trabalhar e construir. Meu moleque entende esse negócio do social. Melhorou até a parte da aprendizagem deles na escola, devido história, nem tudo que ele vê na tv ele acredita! Por causa disso aí, porque a gente começou a ter uma convivência com pessoas que tem ideias que eram diferentes das minhas. E aí nesse discursão de ideias a gente acaba criando um senso crítico, a gente começa a prestar atenção nas coisas. (Depoimento de Valter, 2020).

Fernanda, a indicou o trabalho social como aquele que contribui para o processo de desalienação, já Valter apresenta a percepção do trabalho social como capaz de trazer elementos para um olhar crítico da sociedade em que está inserido. Fernanda destaca seu interesse em contribuir para a luta, pois, para ela, não é apenas morar. Valter indica o trabalho social como aquele que contribui para o senso crítico dos participantes, inclusive ao processo de apreensão do conhecimento, por parte de seus filhos, que são crianças.

Tanto Valter como Fernanda atentam para a cultura abordada pelos canais de televisão e quanto o trabalho social contribui para a perspectiva crítica na análise de tal cultura.

Então, por mais que o capital queira, a expressão da verdadeira cultura não está na televisão, por mais que tente impor padrões de consumo e influir no comportamento. Na informalidade, as massas são desobedientes a ordem e [...] estabelecem relações de afetividade e convivência. (BOGO, 2010, p.158).

A compreensão dos participantes acerca dos elementos que lhes são apresentados pelo trabalho social, não ocorre em apenas uma atividade, ao contrário, é no processo desse trabalho, na participação deles nas atividades, na vontade e disposição em debater, questionar, enfrentar e propor. E, no caso do projeto Alexios Jafet, ao passo que o tempo de espera colocado pelo Estado para atender aos trabalhadores com moradia contribui para a violação dos direitos, o trabalho social pode contribuir com os enfrentamentos a essas violações de direito.

No início de 2017, após escutar por mais de uma vez, de pessoas que compõem o Movimento Noroeste, dizerem: “Aqui tem hierarquia”, a assistente social e a equipe urbanística sentiram necessidade de discutir como se estrutura a sociedade e o que se pretende de diferente no Movimento Noroeste. O objetivo era debater a estrutura de classe



e a divisão da sociedade entre classe trabalhadora e classe burguesa. Para isso foi utilizada a imagem da pirâmide capitalista¹⁰. Como essa atividade do trabalho social contribuiu com os participantes do projeto e no Movimento? Valter a cita em suas reflexões:

Com o trabalho social, a gente tá aprendendo o que engloba a gente, o que é sociedade, o que é o entorno da obra, o que engloba onde a gente vai morar, e referente a tudo, à política, economia, ao conceito, como lidar com as diferenças, como lidar com as coisas que a gente não conhece, entre outras.

É por exemplo essa semana eu tava lembrando com meus amigos aqui, um trabalho social que passou que foi muito importante que explicava sobre a pirâmide do capitalismo, de quem levava o maior peso, quem ficava com o peso do capitalismo que é nosso, os trabalhadores, é, a classe operaria. E aconteceu um fato engraçado que eu peguei e falei assim: “Nossa, isso aqui tá igualzinho o que foi passado no social, a hierarquia tá lá em cima só colhendo os frutos e a gente tá aqui trabalhando e sem poder reclamar dos nossos direitos, devido à política que tá acontecendo no nosso país, a forma que tá sendo conduzida as coisas”, então, foi uma das coisas que eu aprendi no social, que no meu dia a dia eu vi, eu lembrei e entre outras, né?” (Depoimento de Valter, 2020).

O indivíduo é parte das relações sociais em que está inserido, transformando a realidade do seu entorno e sendo transformado, a partir das relações que vão sendo construídas. A compreensão do mundo em que está inserido contribui para o papel de protagonismo, fugindo do papel de mero espectador que a cultura capitalista tenta impor aos trabalhadores. Tal compreensão é fundamental para o enfrentamento dos ardis capitalistas. O trabalho social contribui para a ruptura do cotidiano e a transgressão da ordem estabelecida pelo sistema capitalista.

Pois é no instante dessas rupturas do cotidiano, nos instantes da inviabilidade da reprodução, que se instaura o momento da invenção, da ousadia, do atrevimento, da transgressão. E aí a desordem é outra, como é outra a criação. (MARTINS, 1998, p. 6).

Pode-se considerar que Valter apreendeu, pelo trabalho social, elementos que estimularam o pensamento crítico e, a partir das situações que ele vivencia em seu cotidiano enquanto trabalhador, realiza as reflexões acerca realidade e de como as coisas são na sociedade. “A reforma da consciência consiste unicamente no fato de deixar o mundo interiorizar sua consciência, despertando-o do sonho sobre si mesmo, explicando-lhe suas próprias ações” (MARX, 2010, p. 72).

A compreensão do trabalho coletivo pode levar ao desenvolvimento de potencialidades adormecidas, libertando o indivíduo da condenação imposta pela cultura de que ele “só presta” para fazer um determinado tipo de atividade, geralmente mal remunerada e com pouco reconhecimento social as, conforme destaca Fernanda.

Gosto também de outra parte no trabalho social, em especial o seu jeito de incluir as pessoas, mesmo aquelas pessoas que se colocam numa zona de conforto e falar: “Ah, mas eu não sei fazer” [...] Então assim, eu gosto muito desse seu jeitinho de

¹⁰ Há diferentes modelos disponíveis na internet. O Objetivo da imagem é ilustrar a hierarquia da sociedade capitalista.



tirar ela na verdade da sua zona de conforto e falar: “Não! Você consegue sim, eu não vou deixar você fazer sozinha, você vai fazer junto comigo”. “- Ah, mas eu posso trazer meu filho?” “- Pode trazer, a gente vai fazer junto” [...]. Porque, assim, é muito fácil estar na zona de conforto, mas também é muito seguro para a pessoa que não se sente incluída naquele ambiente, às vezes naquele trabalho, não se sente competente para realizar alguma atividade [...] eu acho isso uma riqueza tanto para você conseguir fazer esse movimento como para as pessoas que recebem esse aprendizado.

Fernanda refere-se ao fato de que, quando há atividades das comissões¹¹ e as pessoas precisam participar de apresentações, pesquisas e estudos, há receio de não serem capazes de realizá-las.

O assistente social contribui também para a formação política do movimento, ao trabalhar os interesses coletivos, em contraposição às ideias que transformam as relações em coisas. O profissional de Serviço Social, tem a possibilidade e capacidade de politizar os instrumentos. Pode utilizar de assembleias, reuniões, comissões, o uso das imagens; nas festas; assembleias e em todos os instrumentos que são criados e utilizados com intencionalidade política.

CONCLUSÃO

A luta histórica dos movimentos de moradia, em especial a UMM-SP, no enfrentamento às respostas insuficientes do Estado, em relação aos direitos básicos dos trabalhadores, culminou em propostas de programas habitacionais, tornando o mutirão com autogestão uma política pública, e o trabalho social um componente da política urbana. No contexto de lutas, inserem-se os assistentes sociais, primeiros profissionais a atuarem na área de HIS com trabalho social, mas que também têm sua trajetória marcada por fortes enfrentamentos políticos às ações conservadoras e em prol da classe trabalhadora. O trabalho social tem direção política, voltada à formação de sujeitos autônomos, críticos, que lutam por direitos sociais e qualidade de vida para todos. Entretanto, a formação de valores coletivos está na contramão dos valores neoliberais que perpassam toda a vida em nossa sociedade capitalista. Os valores neoliberais reforçam a perpetuação das desigualdades sociais e mascaram seus verdadeiros interesses para a classe trabalhadora, em prol dos privilégios de uma minoria dominante. Assim, a presença dos profissionais de Serviço Social agrega questões importantes ao processo, visto que essa profissão possibilita intervir na realidade a partir da perspectiva crítica.

É possível, ao profissional de Serviço Social, por meio de seu arcabouço, a contribuição para a formação política; ações transformadoras e para a sociabilidade coletiva.

¹¹ Nas atividades do trabalho social e prática da UMM-SP, as famílias que participam de processos de autogestão, são convidadas a escolherem uma comissão para os processos formativos.



Destaca-se que, para o assistente social, no trabalho com grupos, “não basta educar e politizar o ser social, é preciso intervir na circunstância em que ele vive para criar novas circunstâncias” (BOGO, 2010, p.155).

Se o foco de formação política dos participantes na UMM-SP não estiver embasado na consciência de classe para que a organização política dos trabalhadores seja fortalecida rumo à autonomia e emancipação das amarras do capital, podem surgir riscos de perda política nos processos de luta. Por outro lado, as contribuições do Movimento e suas lideranças, possibilitam aos trabalhadores a apreensão de elementos que os fazem avançar dentro e fora dos espaços do movimento.

Então, por mais que o capital queira, a expressão da verdadeira cultura não está na televisão, por mais que tente impor padrões de consumo e influir no comportamento. Na informalidade, as massas são desobedientes a ordem e [...] estabelecem relações de afetividade e convivência. (BOGO, 2010, p.158).

A compreensão dos participantes acerca dos elementos que lhes são apresentados pelo trabalho social, não ocorre em apenas uma atividade, ao contrário, é no processo desse trabalho, na participação deles nas atividades, na vontade e disposição em debater, questionar, enfrentar e propor. E, no caso do projeto Alexios Jafet, ao passo que o tempo de espera colocado pelo Estado para atender aos trabalhadores com moradia contribui para a violação dos direitos, o trabalho social pode contribuir com os enfrentamentos a essas violações de direito.

São narrativas que criam identidade de luta e afetividade entre os que compartilham a mesma realidade, no reconhecimento como classe. “A classe é definida pelos homens ao viver sua própria história e, ao final, é a única definição” (THOMPSON, 2004, p. 34).

No contexto das contradições do capital, é possível, ao trabalhador, romper com a lógica da sociedade burguesa, pois “não há repetição do velho sem uma certa criação do novo, mas não há produto sem obra, não há vida sem História”. Na prática é que estão as condições de “transformação do impossível em possível” (MARTINS, 1998, p. 6).

REFERÊNCIAS

BRASIL. **Código de ética do/a assistente social**. Lei n. 8.662/1993, de regulamentação da profissão. 10. ed. rev. e atual., Brasília: Conselho Federal de Serviço Social, 2011.

BOGO, Ademar. **Identidade e luta de classes**. São Paulo: Editora, Expressão Popular, 2010.

COSTA, Solange Maria Gayoso da. **Política habitacional e trabalho social**: Um olhar crítico sobre o projeto de trabalho técnico social. Artigo. IV JORNADA INTERNACIONAL DE POLÍTICAS PÚBLICAS: Neoliberalismo e lutas sociais: perspectivas para as políticas públicas. São Luís: UFMA, 2009. v. 1. Disponível em:



http://www.joinpp.ufma.br/jornadas/joinppIV/eixos/9_estados-e-lutas-sociais/politica-habitacional-e-trabalho-social-um-olhar-critico-sobre-o-projeto-de-trabalho-tecnico-so.pdf. Acesso em: 26 nov. 2018.

GUERRA, Yolanda. **A instrumentalidade no trabalho do assistente social**. Cadernos do Programa de Capacitação Continuada para Assistentes Sociais. Capacitação em Serviço Social e Política Social, Módulo 4: O trabalho do assistente social e as políticas sociais, Cfess/Abepss- UNB. 2000.

HEIN, Cleonice Dias dos Santos. **Qual a contribuição do Trabalho do Assistente Social para a sociabilidade coletiva?** Tese (doutorado em Serviço Social) - Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC-SP), 2020.

HELLER, Agnes. **O cotidiano e a história**. 10. ed. São Paulo: Editora Paz e Terra, 2014.

IAMAMOTO, Marilda Villela. **O serviço social na contemporaneidade: trabalho e formação profissional**. 11. ed. São Paulo: Editora Cortez, 2007.

KOWARICK, Lúcio. **A espoliação urbana**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1979.

MARTINELLI, Maria Lucia. **A história oral** : o exercício democrático da palavra. Texto didático. São Paulo: PUC, 2015.

MARTINS, José de Souza. O senso comum e a vida cotidiana. **Tempo Social**; Rev. Sociol. USP, São Paulo, 1998, p. 1-8.

MARX, Karl. **Sobre a questão judaica**. São Paulo: Editora Boitempo, 2010.

_____. **Miséria da filosofia**: resposta à filosofia da miséria, do Sr. Proudhon. São Paulo: Expressão Popular, 2009.

NETTO, José Paulo. **Ditadura e serviço social**. uma análise do serviço social no Brasil pós-64. 5. ed. São Paulo: Editora Cortez, 2001.

PAZ, Rosangela Dias Oliveira; TABOADA, Kleyd Junqueira. **Trajetória do trabalho social em habitação**. In: Trabalho social em programas e projetos de Habitação de Interesse social. Brasília: Secretaria Nacional de Habitação, 2010.

PAZ, Rosangela Dias Oliveira. Habitação e Trabalho Social: Desafios para a atuação profissional. In: **Psicologia e Moradia: Múltiplos olhares sobre a questão habitacional**. São Paulo: Conselho Regional de Psicologia São Paulo - 6a Região, 2019.

SANTOS, Cleonice Dias dos. **Trabalho social e movimentos de moradia**: Um estudo da trajetória da assessoria técnica Ambiente Arquitetura e da União dos Movimentos de Moradia de São Paulo. 2016. Tese (Mestrado em Serviço Social) - Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC-SP), 2016.

ROSSATTO, Tuane Aline. **A dimensão política do serviço social**: um estudo do trabalho profissional com a união dos movimentos de moradia de São Paulo. 2018. Tese (Mestrado) - Programa de Pós-graduação em Serviço Social da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC-SP), 2018.

THOMPSON, Edward Palmer. **A formação da classe operária inglesa**. São Paulo: Paz e Terra, 2004.